



**DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 05/2024/SMPS
JUSTIFICATIVA**

A Secretaria Municipal de Políticas Sociais, nos termos do art. 32, *caput* da Lei Federal nº. 13.019/2014, vem JUSTIFICAR a dispensa de realização de chamamento público em face da OSC – Associação Pastoral de Rua, inscrita no CNPJ nº. 13.420.254/0001-00, localizada na Rua Tomaz Antônio Gonzaga, nº. 21, Bairro São José, Pouso Alegre/MG, pelas razões seguintes:

1- A Organização da Sociedade Civil (OSC) oferta o Serviço de Atendimento para Pessoas em Situação de Rua no município de Pouso Alegre/MG, que trata-se de serviço de relevante interesse público e social, parametrizado na Política de Assistência Social, conforme Resolução CNAS nº. 109/2009, garantindo a defesa dos direitos das pessoas que se encontram em situação de risco social pela situação de rua;

2- A Associação se encontra devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município, com cadastro ativo e atualizado no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS);

3- No Parecer Jurídico nº. 31/2024/AAJ consta o entendimento de que **“é possível a transferência de recursos à instituição requerente desde que observado o regramento da Lei nº. 13.019/2014 – que deverá prever contraprestação por meio de metas a serem atingidas consignadas no plano de trabalho no âmbito do objeto da parceria -, (...); valendo acrescentar que existe, *in casu*, a possibilidade de dispensa de chamamento público, consoante art. 30, VI do MROSC, o que deverá ser motivado.” (sic)**;

4- Nestes termos, a OSC apresentou a proposta de plano de trabalho, justificando a necessidade de executar atividades que promovam qualidade de vida para a pessoa em situação de rua, promovendo ações que minimizam o impacto das vulnerabilidades e riscos sociais a que estão expostos;

5- Por fim, em razão da autorização contida no art. 30, inciso VI da Lei Federal nº. 13019/2014, que dispõe:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da



sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Considera-se a OSC – Associação Pastoral de Rua previamente credenciada com inscrição ativa no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e cadastro ativo e atualizado no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS) na prestação do o Serviço de Atendimento para Pessoas em Situação de Rua, atendendo, dessa forma, aos critérios exigidos pela Lei Federal nº 13.019/14.

Admite-se impugnação da presente justificativa, no prazo de cinco dias, a contar dessa publicação, em conformidade com o § 2º do artigo 32 da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Por todo exposto, tem-se LEGALMENTE FUNDAMENTADA A JUSTIFICATIVA, nos termos do art. 30, inciso VI e art. 32, ambos da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Pouso Alegre/MG, 02 de julho de 2024.

Marcela Reis Severino do Nascimento
Secretária Municipal de Políticas Sociais